

RESENHAS BIBLIOGRÁFICAS

Fonseca, Pedro C. Dutra. *RS: economia e conflitos políticos na República Velha*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983. (Série Documenta, 18)

Res. por Sandra Jatahy Pesavento

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Com a generalização dos cursos de pós-graduação no país, a partir da década de 70, começaram a surgir trabalhos no âmbito universitário apoiados numa ampla pesquisa de fontes primárias e caracterizados por um esforço de crítica e reinterpretação da realidade brasileira e pela abordagem de novas temáticas. Um outro aspecto a ser ressaltado nesta retomada da reflexão e da pesquisa no âmbito acadêmico foi a redescoberta dos “estudos regionais”, implicando a realização de uma série de dissertações e teses que tiveram e continuam a ter como centro de análise a realidade regional de cada estado nas suas múltiplas dimensões.

Entretanto, cabe referir uma diferença marcante entre a anterior produção “regional” de âmbito acadêmico ou não, e a nova “safra” das décadas de 70 e 80. Neste sentido, a exemplificação pode ser dada com relação às obras que analisam o Rio Grande do Sul. Os historiadores gaúchos, marcados fortemente pela tradição positivista, tiveram na temática política o seu campo preferencial de ação e trataram, basicamente, a realidade regional isolada de um contexto mais amplo, como que explicando-se por si mesma. Justamente as obras de cunho crítico e enfocando temas “não-tradicionais” vieram de fora do estado, como o já clássico estudo de F. H. Cardoso (1) ou a alentada obra do historiador francês Jean Roche

(1) — CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*. 1.ed. São Paulo, Difel, 1962.

(2), sem falar nas abordagens mais gerais realizadas por Singer (3) e Castro (4).

Uma reação contra a tendência do entendimento do regionalismo tal qual se configura na historiografia gaúcha tradicional é dada pela produção de origem acadêmica que passou a ser feita a partir dos anos 70.

O regional, enquanto espaço geo-político delimitado, passa a ser analisado como espaço para o capital, tendo sua abordagem situada no meio caminho entre o contexto mais amplo do qual faz parte — o sistema capitalista em sua dinâmica — e as especificidades locais, ou seja, as variáveis regionais das condições históricas objetivas. Desta forma, antes de se converter numa “anomalia” ou um “caso à parte”, o Rio Grande do Sul é entendido como parte integrante de um todo, onde os processos mais gerais (realização do capitalismo, constituição de um estado burguês) assumem formas diferenciadas em função de variáveis históricas locais.

É nesta perspectiva que se enquadra o trabalho de Pedro C. D. Fonseca, “RS: economia e conflitos políticos na República Velha”. Apoiado numa sólida postura teórica e no manuseio das fontes documentais, a obra de Fonseca tem como enfoque básico a política econômica levada a efeito pelo governo rio-grandense durante a República Velha, bem como sua influência sobre a economia e a política estaduais no período em apreço.

O trabalho parte da análise da formação histórica do Rio Grande do Sul e evolui para tratar das transformações econômicas, sociais e políticas ocorridas na província no final do Império, vinculando sempre ao processo mais amplo de mudanças pelo qual passa o país como um todo.

O autor assinala que desde a segunda metade do século XIX houve no Rio Grande do Sul um processo de transformação, marcado pela ascensão gradativa do norte do estado com relação à região da Campanha, ao sul.

Estabelece-se assim a divisão regional entre a zona da pecuária tradicional, dominada pelos grandes fazendeiros da Campanha e pelos produtores do charque, e o “norte” do estado, subdividido nas regiões da Serra e do Planalto. Na Serra localizavam-se os imigrantes europeus, principalmente alemães e italianos, ligados à produção agrícola de subsistência e

(2) — ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. 1.ed. Porto Alegre, Globo, 1969. 2v.

(3) — SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. 1.ed. São Paulo, Nacional, 1968.

(4) — CASTRO, Antônio Barros de. *Sete ensaios sobre a economia brasileira*. 1.ed. Rio de Janeiro, Forença, 1971. 2v.

à suinocultura, bem como à indústria de beneficiamento da matéria-prima local (banha, vinho, farinha). A região do Planalto, onde se haviam estabelecido pequenos e médios fazendeiros, dedicava-se à pecuária e à produção agrícola, mas em campos de qualidade inferior e apresentando mais baixa capitalização.

A proclamação da República deu-se regionalmente através da derrubada de poder dos setores economicamente mais importantes do Rio Grande — os pecuaristas da Campanha — e através da ascensão do Partido Republicano Rio-grandense, que conseguiu estabelecer sua dominação não só através das ligações com o Exército e a criação e fortalecimento da Brigada Militar, como também na busca de apoio daqueles setores de pouca representação no estado: os burocratas, os colonos, os funcionários públicos.

Esta divisão regional em áreas economicamente diferentes continuou no decorrer da República Velha e esteve, segundo o autor, no cerne do conflito entre “chimangos” e “maragatos”, ou entre o situacionismo republicano gaúcho e os federalistas e, posteriormente, libertadores.

Através da utilização do material empírico, a obra procura demonstrar que, no decorrer da República Velha, a economia rio-grandense foi reorientada, uma vez que, de eminentemente pecuarista e baseada na exportação de poucos produtos (charque e couro), passou a se constituir numa economia altamente diversificada e com apoio no mercado local.

Este processo se deu tendo em vista que, no decorrer dos 40 anos da Primeira República, a Campanha enfrentou um processo de estagnação econômica frente à Serra e o Planalto, que ascenderam em termos relativos face à crise da primeira região.

A partir deste dado, o autor procura estabelecer uma relação entre esta perda da região tradicional e a ascensão das novas áreas com o conflito político estadual, que se manifesta em opções de políticas econômicas diferenciadas para a sociedade gaúcha conforme as facções. Tal processo implica reconhecer que as percepções que os agentes sociais envolvidos têm da crise e as propostas de soluções para a mesma são diferenciadas. Este tipo de enfoque leva a estabelecer que, embora existam condicionantes econômicos no conflito, o mesmo atravessa outras instâncias da realidade, trazendo à tona questões como o liberalismo, o positivismo, a participação do Estado na economia, o voto secreto ou a descoberto, etc.

Como refere o autor, “assim, a esfera do pensamento entrosa-se com a esfera econômica e ambas passam a abranger uma totalidade; o conflito entre chimangos e maragatos adquire um sentido real, e a ação humana não é apenas decorrência de um fenômeno econômico empiricamente detectável, mas também nele procura agir” (5).

(5) — FONSECA, *op. cit.*, p. 30.

Em síntese, o livro apresenta uma contribuição importante para o estudo da realidade regional, realizando uma análise muito lúcida do contexto histórico gaúcho no decorrer da República Velha.